

CORDEIRO DE DEUS:

Festschrift em homenagem a Luiz Carlos Susin

(Orgs.)

Agemir Bavaresco

Evandro Pontel

Jair Tauchen



Editora Fundação Fenix

A inocência da vítima, que emerge como Cordeiro lá onde foi encurralada, culpabilizada, como “bode” expiatório; a inocência da “hóstia” lá onde foi feita “homo sacer” pisada e linchada pela hostilidade e no entanto oferecendo hospitalidade - uma face transfigurada em outra - a realidade da vítima testemunhando sua inocência diante do algoz e a possibilidade de seu reconhecimento: este é o mundo real e trágico onde penetra até o âmago a dor mais profunda – inocente - mas também a esperança mais paciente e por isso mais resistente, anunciando uma vitória sem vencidos.



Editora Fundação Fênix



5. SALMOS COM IMPRECAÇÕES: UMA ABORDAGEM LIBERTADORA¹



<https://doi.org/10.36592/978-65-81110-09-3-05>

Cássio Murilo Dias da Silva²

Introdução

Ao receber o convite para esta justa e merecida homenagem ao companheiro e amigo Luiz Carlos Susin, pensei em oferecer este artigo que, penso eu, reflete bem a caminhada pessoal e intelectual deste grande teólogo brasileiro. Os salmos com imprecações são uma das maneiras bíblicas de pensar a libertação daqueles que, na sociedade, encontram-se vulneráveis e sempre desfavorecidos. Tema tão antigo e, ao mesmo tempo, tão atual, o grito dirigido a Deus pelos empobrecidos e ultrajados não exclui o pedido de que o mal se volte contra os perversos. Mas esta reversão não constrói uma sociedade melhor se ela se limitar a castigar os injustos, sem uma mudança de consciência e de atitudes. O mandamento do amor aos inimigos (Mt 5,44; Lc 6,27-28) não pode ser usado como princípio para, *a priori*, descartar os versículos imprecatórios dos salmos nem para considerar esses e outros textos do Antigo Testamento como uma palavra imperfeita e já superada.

1 Nomenclatura e distinções

Na língua hebraica, são três as raízes verbais para dizer “amaldiçoar”: אלה - 'lh, קלל - *qll* e ארר - 'rr. O primeiro verbo (ארר - 'lh) é um termo jurídico, utilizado em textos que falam da maldição proferida em vistas a obter um testemunho veraz (Pr 29,24; Lv 5,1), ou para identificar quem cometeu um crime (Jz 17,2), ou mesmo para impor a fidelidade a um pacto (Gn 26,28; Ez 17,19). Uma maldição escrita pode ser

¹ Artigo anteriormente publicado em ARAGÃO, Gilbraz S.; CABRAL, Newton Darwin A. *Anais do IV Congresso da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciência da Religião: “O futuro das religiões no Brasil”*. São Paulo: ANPTECRE, 2013. pp. 1964-1989. Disponível em <<http://www.unicap.br/anptecre/wp-content/uploads/2013/12/ANPTECRE_IV-Congresso.pdf>>. Acesso em 12/11/2019.

² Mestre e doutor em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma, professor de Antigo Testamento nos cursos de graduação e pós-graduação em Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: cassio.silva@puers.br. ORCID: 0000-0002-8264-7793.

dissolvida na água para torná-la “água de maldição”, que fará o mal à pessoa não sincera que a beber (Nm 5,23-28). No *Piel*, a segunda raiz (קלל - *qll*) indica um ato de rebeldia que se justifica somente em caso de legítima ira; todavia, sem justo motivo, a maldição não se cumpre (Pr 26,2). Por fim, ארר - *'rr* – cujo significado é “fazer (sentido ativo) ou declarar (sentido passivo) uma pessoa ou coisa אָרוּר [*maldita*]” – é o verbo aplicado a quem tem autoridade ou mesmo o poder para executar a maldição (Gn 3,14.17; 9,25; 49,7). As maldições construídas com o passivo de ארר - *'rr* – אָרוּר - *'ārûr* [*maldito*] – têm duas finalidades:

- (a) declarar / fazer uma pessoa (ou coisa) *maldita*;
- (b) criar uma “zona de maldição”, isto é, descrever uma conduta que, se seguida, torna quem a pratica alguém amaldiçoado (Dt 27,15-26; Js 6,26; Jz 21,18; 1Sm 14,24.28; Jr 48,10).

1.1 Maldição ou Imprecação?

Os estudiosos não são unânimes quanto a falar de “salmos de *maldição*” ou de “salmos de *imprecação*” (ou “salmos *imprecatórios*”). Não se trata de uma simples questão de palavras. Ao contrário, esta definição faz parte do núcleo de um problema complexo, intimamente ligado à interpretação dos textos.

Como o primeiro ponto da questão é de tipo terminológico, convém iniciar a discussão com uma abordagem filológica: “Maldição” e “imprecação” são sinônimos? Etimologicamente, há alguma diferença entre os termos? Ou a diferença se solidificou no uso?

Para o português e as demais línguas latinas, um bom ponto de partida é conferir a etimologia do latim. No dicionário Forcellini (1940), pode-se encontrar o seguinte:

IMPRĒCĀTĪO: Exsecratio, devotio, dirae, *maledizione*, *imprecazione*, ἀρά.

IMPRĒCOR: Cum Accusativo rei, est aliquid alicui precari, et occurrit -
a) In malam partem pro mali quippiam precari, *maledire*, *pregar male*, καταράομαι.

MĀLĒDICTĪO: Actus maledicendi, obtrectatio; *il dir male*, *lo parlare*, κακηγορία.

MĀLĒDICO: Maledicere est in aliquem maledicta, idest convicia, contumelias, proba conjicere, maiedictis incessere, obtrectare, allatrare; κακολογέω.

Logo se nota que a etimologia é uma via infrutífera, uma vez que a distinção dos vocábulos “maldição”, “imprecação” e correlatos não vai além de nuances sem considerável importância. Deve-se, portanto, adotar outro ponto de referência: o aspecto funcional dos termos, conforme o conceito subjacente aos textos bíblicos.

Convém retomar algumas tentativas para definir uma nomenclatura.

No início dos anos 1950, uma primeira foi feita por Tuya:

a imprecação bíblica é o desejo aparente de um mal que se pede a Deus sobre uma pessoa ou coisa, e a maldição é o desejo deste mal diretamente proferido contra uma pessoa ou coisa (TUYA, 1951, 187-188).

Tuya se preocupa com o problema moral das *imprecações* e sua argumentação tem a finalidade de salvar a santidade do salmista e a inspiração do texto. Por isso utiliza o termo “aparente”. Com efeito, nas suas conclusões, ele afirma:

Em vários casos, as ‘imprecações’ [notar as aspas] não são exatamente isso, mas simples desafogos do sentimento natural, que não incluem verdadeiro desejo da maldição que expressam (TUYA, 1952, 28).

Mas o problema desta interpretação é fazer exegese do autor, isto é, da sua intenção, e não do texto, projetando sobre o salmista os próprios (pré-)conceitos morais.

Posteriormente, na década de 1980, um exercício de releitura de textos bíblicos na Índia (AA. VV., 1984, 343-346), não obstante a falta de uma clara distinção dos termos, chama a atenção para o aspecto não vingativo (e, por conseguinte, temporal) das *maldições*: elas raramente são punitivas, isto é, reações contra um mal já cometido; geralmente, elas são preventivas, isto é, referem-se ao futuro.

Também os dicionários bíblicos acentuam este aspecto preventivo da *maldição*, mas não fazem uma clara distinção entre *maldição* e *imprecação* (TDOT: I, 405-418; DTMAT: I, 355-360; DBS: V, 746-751; ABD: 1, 1218-1219; NIDOITTE: 4, 491-492; NIDB: 1, 810-812. Para uma distinção entre a simples maldição e a maldição como medida retributiva ou punitiva, cf. IDB: 1,749-750).

O problema se faz ainda mais complexo quando se levam em consideração os muitos momentos e situações nos quais se utilizam *maldições* ou *imprecações*: textos legislativos (Dt 27,15-26; 28,15-46); conclusões de pactos (Jr 11,3); guerras (1Sm 14,24.28; Jz 5,23); vinganças (Gn 4,24, Sl 7,14-18; 9,18-18; 109,6-15; 136,8-9); processos (Nm 5). Por outro lado, também Deus *maldiz*: a serpente (Gn 3,14); a terra

(Gn 3,17; 5,29); quem maldiz Abraão (Gn 12,3); os transgressores da lei (Lv 26,14-45; Dt 11,26-29; Js 8,34) e os infiéis (Jr 24,9; 25,18; Zc 5,3; 8,13).

Como em muitos outros casos, a distinção entre *maldição* e *imprecação* parece ser problema nosso, e não dos personagens e autores bíblicos.

Visto que a etimologia e o contexto demonstram-se critérios não decisivos, convém tomar outro caminho: o conteúdo das maldições/imprecações.

Nesta linha, Stadelmann (1988, 319) adota como critério a especificidade das desgraças invocadas:

As consequências da maldição são calamidades de caráter genérico, causadas por um poder transcendente, ao passo que nas imprecações são especificadas as desgraças, a serem aplicadas ao infrator, como também se nomeiam as divindades invocadas para se incumbirem dessa sinistra tarefa.

Stadelmann chega a esta distinção após estudar “documentos oficiais”, isto é, códigos de leis, tratados de pactos políticos e títulos de propriedades do Antigo Oriente Médio. Há de se notar, porém, que na Bíblia, exceto no caso daquelas proferidas pelos pagãos, as maldições/imprecações invocam sempre YHWH para executá-la. Não obstante, a distinção proposta por Stadelmann representa um passo adiante, porque leva em conta o texto e a função da maldição/imprecação nele.

1.2 Uma distinção funcional

A função da maldição/imprecação no texto não é o único critério a ser levado em consideração para se estabelecer uma distinção funcional. Há outros: a formulação (sintagma) com que se invoca o mal, a relação de inimizade entre as pessoas envolvidas e a autoridade institucional de quem invoca o mal. Em termos de hierarquia dos critérios, o primeiro é a formulação.

1) **Formulação:** presença ou não do *sintagma* com o termo אָרִיר - 'ārûr [*maldito*]. Este critério já estabelece uma importante divisão por duas razões. Primeiro, porque caracteriza formalmente os textos; segundo, porque os demais critérios estabelecem subdivisões a esta primordial, uma vez que o Antigo Testamento contém uma grande quantidade de fórmulas e figuras para exprimir o desejo que uma desgraça atinja alguém.

2) **Função:** *prevenir ou vingar* uma transgressão/ofensa. O mal invocado pode estar ligado a (e condicionado por) um eventual fato futuro, que trará

a desgraça ao seu fator (Dt 28,15-46); diferentemente, o mal pode igualmente ser invocado como recompensa por uma ação passada ou praticada no presente e que prejudica quem invoca a maldição/imprecação, algum de seus entes queridos ou alguém com o qual o invocador se solidariza (Salmos; 1Rs 21,19.29).

3) **Relacionamento** entre as pessoas envolvidas: *inimizade* ou *não*. Ligado ao critério anterior. A inimizade (ou pelo menos a mágoa) subjaz nitidamente a invocação dos males como vingança (Salmos; 1Sm 17,43-47; 2Sm 22,38-43). Diferentemente, as invocações preventivas (isto é, as não vingativas) endereçam-se tanto a amigos como a inimigos (Dt 27,15-26; Js 6,26; Jz 21,18; 1Sm 14,24.28).

4) **Autoridade institucional** de quem invoca a desgraça sobre outra pessoa. Trata-se de um elemento importante, porque implica também a possibilidade de executar a vingança sem a necessidade de apelar para a divindade. Na prática, a questão é saber se a maldição/imprecação se dá em linha vertical descendente, em linha vertical ascendente ou mesmo horizontal. Exemplos de *maldições* invocadas com autoridade (vertical descendente): a Noé roga sobre Can (Gn 9,25) e a proferida pelos sacerdotes em um processo (Nm 5). Diferentemente, a ausência de autoridade se dá nos casos em que se deseja o mal ao rei (vertical ascendente: 2Sm 16,7-8) ou aos inimigos (horizontal: Salmos): não tendo como retribuir o mal, pede-se a Deus que derrame a sua ira contra o malvado. Não há dúvida de que somente Deus tem o poder de executar o mal desejado (Gn 3,14.18), mesmo nos casos em que a pessoa que profere a maldição/imprecação fala em seu nome (1Rs 21,19; 2Rs 7,1-2; Am 7,16-17).

Aplicando esses critérios, chega-se à seguinte conclusão: “maldição” é o termo genérico para qualquer tipo de invocação de um mal sobre uma pessoa ou coisa, independente de a formulação conter a palavra אָרֹר - *'ārûr* [*maldito*]; “imprecação”, por sua vez, é a maldição na qual concorrem os seguintes elementos:

1) **Ausência** da formulação com אָרֹר - *'ārûr* [*maldito*] e quase sempre também da raiz אָרַר - *'rr* [*amaldiçoar*].

2) Função **vingativa**, supondo uma agressão já ocorrida e, portanto, a culpa do amaldiçoado. Este critério quase sempre está ligado à especificidade dos males invocados (primeiro critério de Stadelmann).

3) **Inimizade** ou confronto entre o amaldiçoado e o amaldiçoador, supondo pois uma vingança ou retribuição por uma ofensa.

4) **Não autoridade** institucional da parte de quem profere a impreciação, de modo que não tenha meios nem forças para executar a vingança e não lhe reste outra possibilidade a não ser invocar que Deus a realize.

1.3 Os Salmos

As precedentes distinções conduzem a uma primeira conclusão a respeito dos salmos que contêm versículos nos quais se invoca o mal sobre adversários e inimigos: não são salmos de maldição, e sim de *impreciação*. Além disso, há de se notar uma característica própria de tais poemas: enquanto em outros textos do Antigo Testamento tanto as *maldições* (mesmo quando vingativas) como as *impreciações* imputam um castigo mais pesado do que a transgressão ou ofensa recebida, nos salmos há uma proporcionalidade entre a ofensa (ou o crime) e o mal imprecado.

Com efeito, nos textos legislativos, a desobediência à *Torah* provoca a esterilidade dos campos e dos rebanhos, a pobreza, a guerra, a escravidão e outros males como uma lenta tortura até a morte, e que ainda se prolonga e atinge até mesmo os descendentes (Dt 27,15-26; 28,15-68). Mesmo quando a *maldição* tem como finalidade a vingança ou a retribuição por uma injúria:

- No episódio da queda, Deus condena a serpente a se arrastar sobre o ventre e a combater eternamente a descendência da mulher, à mulher ele impõe a dor no momento do parto, ao homem cabe a prolongada fadiga para lavrar a terra e também a morte física (Gn 3,14-19).
- Caim será castigado com a completa esterilidade da terra (Gn 4,11-12).
- Noé impõe a Can uma escravidão eterna aos seus irmãos (Gn 9,25).
- Amasias não aceita a palavra de Amós e o expulsa de Betel; o profeta anuncia o destino do sacerdote: sua esposa se prostituirá e seus filhos cairão à espada, enquanto o próprio Amasias morrerá em terra impura (Am 7,17).

E se a injúria provoca a morte de alguém, o que se deseja é o injuriador também morra, mas não só: deseja-se também que seu cadáver fique sem sepultura (1Rs 21,23-24). Nos Salmos, porém, a vingança que se pede a Deus não vai além do mal recebido.

Por outro lado, é necessário notar que tal proporcionalidade não significa somente invocar uma retribuição que não seja superior aos crimes, mas significa também – e principalmente – invocar uma retribuição que não seja inferior à maldade sofrida.

As situações que fazem o salmista imprecar não são estranhas ao nosso tempo: amizade traída, violência imotivada, vários tipos de injustiça praticados contra o mais fraco, calúnia contra o justo, atentado à vida e à integridade física do inocente, abuso de poder.

Quando a perseguição é presente e constante, e quando não tem força (e poder) para se defender nem alguém com força (e poder) para defendê-lo ou vingá-lo, o salmista pede a Deus que faça recair sobre seus adversários o mal eles lhe desejam (7,16; 9,16-17; 57,7); semelhantemente, a calúnia tenha como paga a confusão dos inimigos (35,19.26; 40,15-16; 52,7-9; 53,6; 55,10; 64,9; 70,3-4; 71,13.24; 120). Quando, porém, se trata de violência ou destruição já ocorridas, que igual ruína e crueldade recaia sobre os malvados, seja por meio de uma intervenção direta de Deus, seja pela ação de um inimigo deles (58,3.7-11; 69,23-29; 109; 137,8-9; 140,2-4.11-12). Em uma palavra, que recaia sobre os perversos o mesmo mal feito, provocado ou desejado.

Por outro lado, é importante notar que nos salmos com imprecações, a “praga” não é o objeto principal nem ocupa a totalidade de tais poemas. Na verdade, o mal imprecado ocupa apenas poucos versículos e é quase sempre acompanhado de outros dois elementos, que normalmente o precedem: a denúncia do mal recebido ou com o qual o salmista se vê ameaçado; confiança e certeza de que Deus virá julgar a situação e se posicionar a favor do inocente. Nos salmos com imprecações, muitas vezes há também uma renovação de esperança e um voto de louvor a Deus.

2 Teologia da Libertação

Entre a injustiça retratada na Bíblia, especialmente no Antigo Testamento, e a injustiça sofrida por muitas pessoas em nossa sociedade existe uma analogia de

situações que serve como pano de fundo para uma leitura libertadora da Sagrada Escritura. Uma reflexão crítica exige que se contemplem o aspecto teórico e o aspecto prático desta leitura.

O aspecto teórico é oferecido pela Teologia da Libertação, enquanto o aspecto prático fica por conta da prática pastoral, incluindo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Não é o caso de discutir aqui os valores e os limites de qualquer um desses elementos. O que interessa a esta exposição é observar como os salmos com imprecações são lidos e relidos em um contexto concreto de opressão, violência e direitos negados.

2.1 Três conceitos fundamentais

Convém iniciar com uma breve apresentação de três ideias chave da Teologia da Libertação, conforme os artigos de BOFF (1990, I, 79-113) e AGUIRRE & VITORIA CORMENZANA (1990, II, 539-577):

- 1) A Bíblia é lida como Palavra de um Deus que não se cala, mas reage diante de uma situação concreta na qual o povo sofrido se encontra, em luta por *justiça*, liberdade e verdadeira vida. A Teologia da Libertação não estuda a *justiça* como um conceito, nem faz uma reflexão que se fundamenta no campo semântico, no significado e nos sinônimos em grego e hebraico. Ao contrário, parte da situação real de *injustiça* vivida, da questão radical dos pobres e da dignidade do ser humano (AGUIRRE & VITORIA CORMENZANA, 1990, 540). Diante da negação da liberdade e da salvação desejadas por Deus, a fé não pode calar, mas deve buscar uma resposta aos gritos de quem sofre injustiças.
- 2) Para uma leitura libertadora da Bíblia, há de se interrogar a totalidade da Sagrada Escritura tendo como perspectiva a situação de quem é excluído e oprimido: eles são os preferidos de Deus. Pergunta-se portanto: Como Deus fala aos excluídos e oprimidos de modo a responder à situação em que se encontram hoje? Privilegia-se a *aplicação*, e não a *explicação*: o sentido textual está em função do sentido atual; busca-se a força transformadora dos textos bíblicos, acentuando (sem reducionismos) o *contexto social* da mensagem, para traduzi-la adequadamente ao nosso contexto. Deste modo, a Escritura é lida com os pobres, incorporando a

leitura (e sabedoria) popular à leitura (e sabedoria) científica (BOFF, 1990, 108-109).

3) A *pobreza* e a *exploração* não são acontecimentos casuais, e sim produtos de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas que geram pobres sempre mais pobres e ricos sempre mais ricos, em um processo de *opressão* constante e institucionalizada. O *empobrecido/oprimido* tem muitos rostos: crianças, jovens, anciãos, índios, negros, mulheres, lavradores, operários, “sub-empregados” e desempregados, favelados, moradores de cortiços, e os mais diversos marginalizados. Assim, o termo “pobre” engloba todas as categorias de *oprimidos*, que não são vistos como recebedores passivos de uma ação paternalista, e sim como “sujeitos” de uma transformação das bases do sistema econômico e social (BOFF, 1990, 102-106).

2.2 Um caso típico: a Bíblia Pastoral

Um exemplo característico deste tipo de leitura é a “Bíblia Sagrada - Edição Pastoral”, não tanto em seu texto, mas bem mais nas suas notas de rodapé (compostas por Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin), que oferecem um bom retrato do momento teológico do Brasil (e da América Latina) nos anos 1970-80. Nelas é possível notar com clareza a presença e a articulação daqueles três conceitos fundamentais.

Por uma questão de coerência com o assunto desta exposição, os exemplos a seguir são pinçados das notas aos salmos com imprecizações. Todavia, há de se notar a mesma índole está presente em todas as notas e introduções da assim chamada “Bíblia Pastoral”.

1) Diante da injustiça concretamente experimentada, é necessário um comportamento de *denúncia*. A razão é simples: a opressão não é uma categoria semântica, mas algo real e presente. Exemplos:

Sl 5,9-11: O salmista denuncia a grande arma dos injustos: acusar e condenar os inocentes que lhes atrapalham os planos perversos. A verdadeira justiça consiste em declarar a culpa de uma estrutura criada pelos injustos.

Sl 9,20-21: Na raiz da injustiça está a auto-divinização humana: usurpando o lugar de Deus, o homem cria mentira fundamental, de onde nasce o espírito de desigualdade que gera relações injustas de todo tipo.

Trata-se de uma injustiça estrutural, não somente uma viciada relação entre indivíduos. O motivo apresentado a Deus para que ele aja é que ele próprio foi repudiado pelos injustos: Deus é poder; todavia, como os homens querem ser deuses e não conseguem, eles estendem a mão e usurpam o poder, descartando Deus e ocupando o lugar dele. Inocente é quem, por não agir assim, é marginalizado. São as relações injustas e desiguais.

2) Deus não pode se calar ao ver que seus aliados são oprimidos. Eis porque a oração dirigida a ele é *eficaz!* Os comentários da “Bíblia Pastoral” apresentam dois aspectos complementares:

a) Demonstram que Deus toma o partido dos empobrecidos:

Sl 6,9-11: Supõem a cura. Malfeitores e inimigos são os injustos que duvidam da ação de Deus. Agora ficam envergonhados, pois a cura do doente é uma prova de que Javé ouve o clamor dos aflitos.

Sl 54,6-7: Deus se alia ao pobre e ao oprimido, para libertá-los dos poderosos que os exploram e oprimem. O pobre confia nessa *fidelidade* de Deus e suplica por justiça: que Deus volte contra o injusto o mal que este fabrica para os outros.

Sl 58,7-10: Diante da obstinação dos injustos, a súplica assume tom apaixonado e, com seis imagens acumuladas, pede-se que Deus manifeste sua justiça, fazendo os injustos desaparecer.

Afirmar que os pobres são os preferidos de YHWH significa afirmar também que a justiça é um atributo essencial de Deus: ele não pode agir se não tomando o partido das vítimas das injustiças. Por isso, o comentário ressalta o efeito bumerangue da impreciação: que o mal desejado ao oprimido não somente não se realize, como também recaia sobre os ímpios. Uma vez que Deus é fiel à sua aliança com os pobres, o que se impreca é que YHWH faça justiça contra os inimigos de seus aliados.

b) A preferência de Deus pelos pobres faz surgir neles uma atitude de confiança:

Sl 55,16-24: Em vez de fugir, o salmista parte para a súplica: que Deus faça justiça, castigando os injustos para resgatar a honra e a vida do inocente. Característica fundamental do injusto é *não temer a Deus*, ou seja, ele tenta usurpar o lugar de Deus, falsificando a si mesmo e tornando-se um falso deus, promotor da escravidão e da morte.

Sl 71,14-16: Enquanto espera a libertação, o justo confia tanto, que já promete proclamá-la através do louvor.

Uma vez que os arrogantes não aceitam a correção, a vingança invocada pelo salmista é que Deus lhes faça conhecer a vergonha e a morte. Nos comentários, a oração e a imprecação aparecem como meios eficazes para provocar a libertação e a justiça; a ênfase, todavia, é dada à consequência prática da imprecação, a saber, a libertação.

3) Enfim, reitera-se a *força transformadora* dos pobres, como sujeitos da luta, bem como da derrota do opressor:

- Sl 9,16-19: A persistência dos pobres na luta faz aparecer o Deus justo, que revela qual é o processo da injustiça: os injustos sofrerão as consequências de seus próprios projetos.
- Sl 10,12-18: A reviravolta histórica e social começa quando os pobres tomam consciência de sua própria situação e convocam Deus para dar eficácia à luta deles. É através desse clamor dos pobres que Deus se liberta da prisão onde os injustos o pretendem confinar. Desse modo, Deus irrompe na história através do desejo expresso pelos pobres. E estes, fortificados, acabam derrotando a injustiça “para que o homem terreno já não infunda terror”
- Sl 137,8-9: Em vez de cantar o seu folclore, os exilados entoam esta maldição: Feliz quem fizer justiça, destruindo até a raiz a ambição que gera escravidão e morte.

Pedir a Deus que venha fazer justiça não exclui – antes, exige – a participação ativa das vítimas injustiçadas: o homem age no nível dos fatos, isto é, na luta e na união que constroem relações fraternas e justas; Deus, por sua vez, age no nível dos significados, isto é, toda vitória dos oprimidos é sinal de que Deus estava do lado deles. A imprecação, portanto, se transforma em pedir a Deus tanto a vitória nas lutas, como a força e a coragem no caminho, para que se criem verdadeiras condições para que o juízo de Deus se manifeste na história. A nítida ênfase dada à necessidade de união e compromisso dos pobres para derrotar a opressão e o mal desempenha a função de alertar os pobres que não introjetem a ideologia de uma sociedade voltada para o lucro, o prazer e o consumo.

3 Cantando a libertação

A exposição feita até aqui tratou separadamente de dois objetos – os salmos com imprecações e a Teologia da Libertação – de modo a destacar, em cada um deles, um esquema tripartite. Para os salmos com imprecações: (a) o grito de socorro, motivado pela injustiça e/ou ofensa; (b) a confiança e a certeza de que Deus virá para

julgar e libertar; (c) a imprecação, especificando como Deus deve agir e derrotar o ímpio.

Para a Teologia da Libertação: (a) denúncia da injustiça; (b) a confiança e a certeza de Deus virá para julgar e libertar; (c) a convocação dirigida aos que querem a justiça – oprimidos ou não – para que se unam e ajam para transformar a sociedade.

Não é difícil observar as semelhanças e as diferenças. A diferença mais acentuada encontra-se no terceiro elemento: nos salmos, a *imprecação*; na Teologia da Libertação, o *incentivo* para se perder o medo e participar da luta. Enquanto o salmista apela a Deus porque se sente fraco e sem ninguém que o defenda, a reflexão teológica da América Latina convida os fracos a se tornarem fortes por meio da união.

Esta mesma índole está presente nos cantos inspirados pela busca da libertação e da transformação da sociedade, tanto naqueles entoados pelas CEBs, como naqueles utilizados em campanhas da fraternidade. Alguns exemplos:

1) Versos que *denunciam* e *evidenciam* situações concretas de injustiça:

Na terra dos homens pensada em pirâmide,
Há poucos em cima, e muitos na base.
Na terra dos homens pensada em pirâmide,
Os poucos de cima esmagam a base.
Peregrino nas estradas de um mundo desigual,
Espoliado pelo lucro e ambição do capital,
Do poder do latifúndio, enxotado e sem lugar.
Já não sei pra onde andar.
Da esperança eu me apego ao mutirão.
Pelos caminhos da América há tanta dor, tanto pranto,
Nuvens, mistérios, encantos que envolvem nosso caminhar.
Há cruzes beirando a estrada, pedras manchadas de sangue,
Apontando como setas, que a liberdade é pra lá. [...]
Pelos caminhos da América há mães gritando, qual loucas,
Antes que fiquem tão roucas, digam onde acharão,
Seus filhos mortos, levados na noite da tirania,
Mesmo que matem o dia, elas jamais calarão.

Notam-se reminiscências de alguns versículos bíblicos, nos quais o salmista apresenta a Deus a perseguição que o adversário desencadeia contra ele: 5,10; 10,2-11; 12,2-5; 17,10-12; 17,10-12; 53,5; 54,5; 55,10-12; 56,3-7; 58,5-6; 64,3-7; 109,2-5; 140,2-6. Todas as situações nas quais não se respeita a vida e a dignidade da pessoa são denunciadas como injustiças e qualificadas como não desejadas por Deus.

2) Não há dúvidas: Deus ouve o clamor do pobre e do marginalizado. Esta certeza faz renascer neles a confiança na ação libertadora (e vingadora) de Deus:

Virá o dia em que todos, ao levantar a vista,
 Veremos nesta terra reinar a liberdade!
 Nossa alegria é saber que um dia Todo esse povo se libertará:
 Pois Jesus Cristo é o Senhor do mundo: Nossa esperança realizará.
 Um povo que caminha pelo mundo, gritando: “Vem, Senhor!”
 Um povo que luta nesta vida, esperando a libertação.
 Os pobres sempre esperam o amanhecer,
 De um dia mais justiça e sem opressão.
 Nós, pobres, temos posta a esperança em Ti, Libertador.”
 Javé o Deus dos pobres, do povo sofredor,
 Aqui nos reuniu pra cantar o seu louvor.
 Pra nos dar a esperança e contar com sua mão
 Na construção do Reino, Reino novo, povo irmão.
 Sua mão sustenta o pobre, ninguém fica ao desabrigo.
 Dá sustento a quem tem fome, com a fina flor do trigo
 Alimenta os nossos sonhos, mesmo dentro da prisão
 Ouve o grito do oprimido, que lhe toca o coração

Nestes versos, ressurge a esperança, porque o próprio Deus faz uma opção pela vida, conforme muitos textos dos salmos: 5,11; 6,11; 10,15; 9,16-18; 11,5-7; 12,6; 17,13-15; 40,14; 53,6; 54,9; 65,16; 56,5.11; 58,7-11; 64,8-9; 109,6-20; 129,5-8; 137,8-9; 140,7-12; 143,12. É a fidelidade de Deus que dá a certeza da vitória final. Para o cristão, acrescenta-se ainda o argumento cristológico: como Cristo venceu a morte, as lutas do povo de Deus serão bem sucedidas, ainda que o dia da vitória demore a chegar. E acima de tudo, a confiança em Deus nasce da convicção de que ele não quer a injustiça.

3) Não obstante, a grande maioria dos cantos fala de compromisso e união, incitando à luta sem perder a coragem e a esperança. Apenas alguns exemplos:

Todo o que luta cansado da mentira,
 Cansado de sofrer, cansado de esperar,
 Todo o que luta, cansado de esperar,
 Procura a redenção.
 Vendo no mundo tanta coisa errada, o povo pensa em desanimar:
 Mas quem tem fé sabe que está com Cristo,
 Tem esperança e força pra lutar.
 Fazemos comunhão construindo a unidade.
 É nossa vocação servir a comunidade,
 Com Cristo nosso irmão no sertão ou na cidade.
 Somos pobres, pouca gente, uma Igreja em mutirão;
 Mas, unidos num só povo, toda vida é vocação.
 Povo unido não será vencido. Povo unido não será vencido.
 Uma só varinha é tão fácil de quebrar;
 Mas ajunte um feixe, você pode até suar.
 É um exemplo da força da união.
 Ofertamos, Ó senhor, os nossos sofrimentos
 Dos pequenos e dos pobres os teus amados,
 Dos que lutam à procura de trabalho,

Das crianças e dos anciãos abandonados.
 Ofertamos a firmeza e a coragem
 Dos que lutam em favor dos oprimidos,
 Dos famintos e sedentos de justiça
 E que são por sua causa perseguidos.
 Receber a comunhão com este povo sofrido
 É fazer a aliança com causa do oprimido.
 Celebrando a eucaristia, a vida a gente consome.
 Ao lutar pela justiça, acabando com a fome,
 Para que o outro seja gente, para que ele tenha nome.

Não é redundante repetir: os salmos com imprecções e os cantos de inspiração libertadora possuem um esquema composto de três elementos fundamentalmente iguais. A principal diferença encontra-se no terceiro: enquanto o salmista profere imprecções, os cantos (e a pastoral) com inspiração libertadora incitam à união e ao compromisso na luta por mudanças na sociedade. Não que se considere Deus incapaz de derrotar os perversos; mas há uma forte convicção de que a ação libertadora/vingadora de Deus está presente nas ações comunitárias, e de que a luta de Deus se concretiza nas lutas dos empobrecidos e marginalizados.

O termo “luta” significa o compromisso pessoal e comunitário para mudar o que não promove a vida. Por tal razão, sob esse aspecto, não há reminiscências dos salmos. E por se tratar de comunidades cristãs, a ressurreição de Cristo é já a certeza da vitória. O povo sofrido pode lutar com esta força recebida.

Repetindo e resumindo tudo:

SALMOS	injustiça (grito de socorro)	confiança (Deus vê/ouve)	imprecção (vindita de Deus)
TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO CANTOS E PRÁXIS DA LIBERTAÇÃO	injustiça (denúncia)	confiança (Deus vê/ouve)	luta (união e compromisso dos cristãos)

4 À guisa de conclusão: amor aos inimigos e leitura cristã

Como conclusão, não se pode deixar de discutir o problema da incompatibilidade dos versículos imprecatórios dos salmos com o mandamento novo deixado por Jesus de Nazaré. Deste problema espinhoso se ocuparam vários estudiosos, cujas respostas sempre levam em consideração dois dados:

- 1) a distância cultural entre o mundo do Antigo Testamento e nosso atual;
- 2) as diferenças entre a fé judaica (mais especificamente a fé veterotestamentária) e a fé cristã.

Não obstante esses dois pontos sejam de grande peso, é opinião comum que não basta recordá-los para remover toda e qualquer dificuldade para rezar (e por vezes até mesmo em simplesmente aceitar) aquelas imprecações, e não somente porque algumas delas são pesadas, mas principalmente porque se encontram no livro considerado “Palavra de Deus”, fato que faz surgir várias questões interligadas:

- O Antigo Testamento tem ainda valor?
- Caso afirmativo, é lícito amputar os versículos de imprecação quando rezamos os salmos?
- Há dois deuses diferentes: um da vingança e outro do perdão?
- O cristão pode imprecar?
- É possível combinar os salmos com imprecações com o amor aos inimigos?
- O cristão pode rezar os salmos com imprecações? Como?
- Ou, ao contrário, não seria melhor deixar de lado tais poemas?

Não é necessário dizer que o cristão compreende bastante bem a linguagem das imprecações presentes nos salmos, e que compreende igualmente o contexto social em que surgem. Por outro lado, também não é necessário (nem suficiente) afirmar que os sentimentos do salmista são os mesmos de todos os seres humanos, principalmente os que sofreram violência, traição ou desprezo.

Em primeiro lugar, o que está em jogo não é apenas o sentimento pessoal de quem sofreu uma ofensa, injustiça ou injúria. Nos salmos – e esta é a razão pela qual as imprecações muitas vezes se mesclam com manifestações profundas de piedade e fé – a maldade sofrida é contraposta à justiça proposta pela *Torah*. Ou seja, a questão não é o ódio ao inimigo, e sim o amor aos mandamentos, cujo projeto de sociedade justa e fraterna foi desprezado pelo ímpio (Cf., por exemplo, Sl 9,18; 10,4-5; 14,1; 36,2; 86,14; 119,85). Com efeito, a fidelidade e o amor à *Torah* são de tal modo absolutos, que o salmista invoca imparcialmente o mal sobre quem a abandona, seja outra pessoa, seja ele mesmo (cf. 7,4-6; 139,23-24). Não se trata, portanto, de vigiar-se dos males cometidos pelos injustos, mas pedir a Deus que ele retribua a cada um conforme a maldade praticada.

Quanto a isso, a verdadeira questão é saber se, independente de um desejo humano de vingança, Deus tem o direito de se vingar. Em outras palavras, se o próprio YHWH tem a liberdade de castigar quem não cumpre suas leis.

O Antigo Testamento retrata YHWH como rei, juiz, guerreiro, santo, misericordioso e vingador (Cf. PEELS, 1995). Como rei, ele estabelece a Lei de seu Reino; como juiz, ele discerne, premia e pune os homens conforme a obediência ou não à sua Lei; como guerreiro, ele combate quem se opõe ao seu Reino; como santo, ele não se deixa corromper pelos erros e pelo pecado; como misericordioso, ele tem um projeto de vida; como vingador; ele pune quem age conforme um projeto de morte. Em resumo, YHWH tem o direito (e talvez até o dever) de se vingar.

É importante frisar dois pontos. Em primeiro lugar, aqui não se fala de YHWH como *go'el*, aquele que vinga o pobre e oprimido. O que se considera aqui é a vingança *pessoal* de YHWH: ele mesmo é a parte ofendida e desprezada e, por ser rei, juiz etc., tem autoridade e poder para se vingar. O segundo ponto é ainda mais desconcertante: em nenhum momento o Novo Testamento nega ao Pai de Jesus nenhum daqueles aspectos. Muito ao contrário:

- João Batista fala da ira e do julgamento (vingança) iminentes de Deus/YHWH (Mt 3,7.10.12).
- Pedro amaldiçoa Ananias e Safira (At 5,1-10).
- Paulo fala cita Dt 32,35 para recordar que Deus/YHWH mantém, sim, sua prerrogativa de se vingar (Rm 12,19; 1Ts 4,6). Igualmente o autor de Hb 10,30.
- O Apocalipse de João não se cansa de anunciar a vingança de Deus/YHWH, contra impérios (Ap 12; 17-19), mas também contra indivíduos (Ap 2,20-23; 3,15-16).
- Em seu canto, Maria exalta o Deus vingativo (Lc 1,51-53).
- O próprio Jesus anuncia e deseja a vingança do Pai (Mt 6,14-16; 16,19-31; 21,33-46).

Por outro lado, é necessário recordar que as diferenças entre a fé judaica e a fé cristã não se limitam a uma postura ética em relação à Lei do Talião. Trata-se de um engano que leva o cristão a dar pouco valor aos versículos imprecatórios dos salmos, por considerá-los o reflexo de uma fé já superada e, por conseguinte, fazer um juízo *a priori* dos textos veterotestamentários.

Diferentemente, é necessário reconhecer que a “superada” Lei do Talião (Ex 21,23-25) representou um enorme avanço em relação à vingança de “sete vezes” ou “setenta e sete vezes” (Gn 4,24). Com efeito, sua finalidade não era incentivar, mas coibir a vingança, bem como inculcar a justiça restrita e a moderação em relação aos inimigos.

Além disso, é necessário recordar que, também no Novo Testamento, o justo perseguido *impreca* a vingança de Deus (Ap 6,10); que em diversos discursos e parábolas o próprio Jesus condena os malfeitores (Mt 7,23; 8,12; 11,20-24; Mc 12,9) e até mesmo *impreca* (Mt 11,20-24; Mc 11,12-14; Lc 6,24-26). Sem falar no *Magnificat*, que não deixa de ser um salmo com imprecações: “dispersa os de coração soberbo, derruba os poderosos de seus tronos, despede os ricos sem nada” (Lc 1,51-53).

Por tudo isso, o cristão tem pelo menos duas boas razões para rezar os salmos com imprecações sem amputar os versículos violentos:

- a) por solidariedade aos que sofrem violências e injustiça;
- b) para recordar a justiça da *Torah* como motivação pessoal para construir um mundo justo.

Essas duas razões, porém, são problemáticas, uma vez que podem muito bem ser impessoais, isto é, o cristão reza as imprecações contra inimigos genéricos (os que prejudicam a sociedade em geral) ou os contra inimigos dos outros. Não satisfazem, porém, quando o cristão repete em sua própria carne a experiência e os sentimentos do salmista.

Há, portanto de se distinguir dois aspectos:

- a violência e a injustiça praticadas no mundo e na sociedade;
- a violência e a injustiça que atingem direta ou indiretamente o cristão na sua pessoa.

Quando a injúria é praticada contra sua própria pessoa, o cristão pode renunciar à vingança (por vezes combatendo seus próprios sentimentos mais profundos e humanos). O cristão pode optar pela não-violência, pelo perdão, pela aceitação de toda ofensa e qualquer injustiça praticada à sua pessoa. Ao cristão que renuncia à vingança e à imprecação, ninguém poderá acusá-lo de ser omissivo: é uma escolha individual e particular sua.

Todavia, o mesmo não acontece quando se trata da violência e da injúria praticada contra o próximo e, em mais larga escala, contra a sociedade (ou parte

dela). Neste caso, o cristão que não reage diante da maldade e assume uma postura de passividade ou indiferença peca pela omissão. O cristão pode e deve combater a injustiça. E os salmos com imprecções são uma excelente forma de rezar para que Deus aja, julgue e se vingue; mais ainda, são uma excelente forma de o cristão questionar a si mesmo. O cristão não tem o direito de fechar os olhos para a injustiça, a violência, a opressão, o preconceito e tantas outras injúrias que acontecem na sociedade.

Em resumo, pessoalmente o cristão tem o direito de não imprecicar contra seus ofensores. Todavia, quando o mal atinge a sociedade, o cristão pode – e até mesmo deve – rezar os salmos com imprecções, pois eles, de muitos modos e com variadas palavras, ensinam a esperar a vingança de Deus; e não somente ensinam a esperá-la, mas também a pedir que ela chegue logo. E sem nenhum remorso, pois assim ensinou a rezar o próprio Jesus: “*venha o teu Reino*”!

Bibliografia

- AA.VV. The Psalms of Imprecation: a Workshop. **Indian Theological Studies**. Bengaluru, n. 21, p. 343-346, 1984.
- AGUIRRE, R. & VITORIA CORMENZANA, F.J. Justicia. In: ELLIACURIA, I. & SOBRINO, J. eds. **Mysterium Liberationis - II**. Madrid: Trotta, 1990. p. 539-577.
- ANDERSON, G.W. Enemies and Evildoers in the Book of Psalms. **Bulletin of the John Rylands Library**, Manchester, n. 48, p. 18-29, 1965-66. Disponível em: <https://www.escholar.manchester.ac.uk/uk-ac-man-scw:1m2882>. Acesso em 16 set 2013.
- BLANK, S.H. The Curse, Blasphemy, the Spell and the Oath. **Hebrew Union College Annual**, Cincinnati, n. 23, p. 73-95, 1950-51.
- BOFF, C. Epistemologia y Metodo. In: ELLIACURIA, I. & SOBRINO, J. eds. **Mysterium Liberationis - I**. Madrid: Trotta, 1990. p. 79-113.
- BOTTERWECK G.J.: RINGGREN, H. eds. **Theological Dictionary of the Old Testament (TDOT)**. Grand Rapids: Eerdmans, 1974.
- BUTTRICK, G.A. ed. **The Interpreter's Dictionary of the Bible (IDB)**. Nashville: Abingdon, 1989¹⁷.
- CHERIAN, C.M. Attitude to Enemies in the Psalms. **Bible Bhashyam**. Vadavathoor, n. 8, p. 104-117, 1982.

FORCELLINI, E.; FURLANETTO, G. **Lexicon Totius Latinitatis**. Patavii (Padova), 1940. Disponível para consultar vocábulos em <http://lexica.linguax.com/forc2.php?searchedLG=>. Acesso em 12 nov 2019.

FREEDMAN, D.N. ed. **The Anchor Bible Dictionary (ABD)**. New York: Doubleday, 1992.

JENNI, E.; WESTERMANN, C. eds. **Diccionario Teologico Manual del Antiguo Testamento (DTMAT)**. Madrid: Cristiandad, 1978.

MAILHIOT, G.-D. **Os Salmos: rezar com as palavras de Deus**. São Paulo: Loyola, 2008.

PEELS, H.G.L. **The Vengeance of God**. Leiden: Brill, 1995.

PIROT, L; ROBERT, A.; CAZELLES, H. & FEUILLET, A. eds. **Dictionnaire de la Bible - Supplément (DBS)**. Paris: Letouzey et Ané, 1926-.

RIZZANTE, A.M., Salmos: uma oração violenta? **Estudos Bíblicos**. Petrópolis, n. 6, p. 31-39, 1985.

ROSSANO, P.; RAVASI, G.; GIRLANDA, A. eds. **Nuovo Dizionario di Teologia Biblica (NDTB)**. Milano: Paoline, 1989³.

SAKENFELD, K.D. ed. **The New Interpreter's Dictionary of the Bible (NIDB)**. Nashville: Abingdon, 2006.

STADELMANN, L.I.J. As maldições nos Salmos. **Perspectiva Teológica**. Belo Horizonte, v. 20, p. 317-338, 1985.

TUYA, M. de. El problema bíblico de las "imprecaciones": principios de solución - I. **Ciencia Tomista**. Salamanca, n. 78, p. 171-192, 1951.

TUYA, M. de. El problema bíblico de las "imprecaciones": principios de solución - II. **Ciencia Tomista**. Salamanca, n. 79, p. 3-29, 1952.

VANGEMEREN, W.A. ed. **New International Dictionary of Old Testament Theology & Exegesis (NIDOTTE)**. Grand Rapids: Zondervan, 1997.